



Processo nº 003284/2022 - TCE

Assunto: **OFÍCIO Nº 3000/2022-SEMAD ENCAMINHA DOCUMENTAÇÃO PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE.**

Interessado: **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**

DESPACHO

Trata a matéria de comunicação, por parte da Secretaria Municipal de Administração da Capital do Estado do Rio Grande do Norte, noticiando “*indício da prática de crime na licitação, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva com mão de obra, substituição de peças e reposição de acessórios e componentes do equipamento tipo empilhadeira EGV 16*” (**evento 1**), para que este Tribunal de Contas adote as providências pertinentes à apuração de responsabilidade.

Observo que o Ofício nº 3000/2022 – SEMAD tem como signatária a Secretária de Administração do Município, Adamires França, contando, como documentação anexa, o Memorando nº 018/2022 – CPL, de lavra da pregoeira da CPL/SEMAD, Sra. Michele Coelho de Souza. Nesse último expediente, presente na folha 2 do evento 1, a pregoeira relaciona a documentação que deve servir de base para a apuração da responsabilidade, sendo eles:

1. Relatório;
2. Atestado apresentado junto com a documentação de habilitação;
3. Atestado anexado após as diligências;
4. E-mail recebido da Comissão de Licitação da Prefeitura de São Vicente;
5. E-mail enviado à CPL de São Vicente solicitando informações;
6. Cópia do contrato firmado entre a prefeitura de São Vicente e a empresa Ivani Batista Neto ME enviado pela CPL de São Vicente;
7. Cópia do contrato anexado pela empresa Ivani Batista Neto ME, no sítio eletrônico comprasnet, após diligência.

Compulsando o material encaminhado, não restou observado nenhum documento produzido pelo Controle Interno da Secretaria Municipal de Administração ou da Controladoria do Município de Natal, inferindo-se, assim, que não houve esgotamento da apuração da matéria no âmbito da própria administração municipal, tampouco foi exarada inidoneidade de qualquer empresa para a contratação com o poder público local.

De todo modo, entende a SECEX, SMJ, que a documentação deve ser processada no contexto de denúncias e representações de que trata o Provimento nº 002/2020 – CORREG, aprovada por meio da Resolução nº 016/2020 – TCE (de 12/12/2020), razão porque remete o caderno eletrônico à elevada apreciação da



excelentíssima Senhora Conselheira-Substituta Ana Paula de Oliveira Gomes, sugerindo o que segue:

- a) Emissão de despacho decisório sobre o recebimento da matéria como representação, caso a documentação atenda os requisitos previstos nos artigos 5º e 7º do Provimento nº 002/2020 – CORREG/TCE;
- b) Em caso de subsistência de elementos como representação, determinar a autuação do caderno eletrônico como Representação, a teor do que preconiza o art. 9º do Provimento nº 002/2020 – CORREG/TCE, dando caráter sigiloso se assim entender a eminente relatora; e,
- c) Determinação para que a Unidade técnica, no caso a Diretoria de Administração Municipal (DAM), promova a instrução preliminar sumária como subsídio para a análise da **admissibilidade** como representação, conforme preconiza a parte final do art. 9º do Provimento nº 002/2020 – CORREG/TCE.

Natal, 24 de agosto de 2022

(assinado digitalmente)

Jailson Tavares Pereira

Secretário de Controle Externo